

O Ensino na Educação do Campo: perspectivas históricas no Brasil e no Espírito Santo

Adelar João Pizetta.

Introdução

O texto que segue busca apresentar, de forma sucinta e praticamente de memória, momentos, ações políticas-pedagógicas e articulações relevantes construídos/as ao longo de mais de duas décadas acerca da Educação do Campo em nível nacional e no Espírito Santo. Certamente acontecimentos regionais, também importantes, acabam escapando desse *mapeamento* aqui exercitado e que podem ser incorporados em novas elaborações e reflexões em perspectiva histórica.

Vivemos um cenário nacional e internacional de profunda instabilidade, demarcada por crises de grande magnitude nos aspectos econômico, político, social, ambiental, sanitária (Pandemia da covid-19), cuja natureza é internacional e de todo o sistema capitalista. No Brasil continuamos resistindo às investidas da *contrarrevolução* em marcha há vários anos, que se aprofunda com a eleição presidencial de 2018 e as constantes ameaças de novos golpes, inclusive invocações de um novo AI 5. Em relação ao campo, vivemos a estagnação (bloqueio) da Reforma Agrária, o aumento da violência inclusive com utilização da Força Nacional para fazer despejos e destruir assentamentos já consolidados e produtivos; a destruição de políticas públicas como o Pronera, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar; o desmatamento acelerado na Amazônia, no e cerrado; as queimadas nessas mesmas regiões, no pantanal e no nordeste; o desmonte da assistência técnica, falta de créditos e, não menos grave: o fechamento de escolas.

É nesse contexto que continua a *re-existência ativa* dos movimentos populares do campo, dos seus sujeitos, com projetos e programas alternativos que possibilitam ir construindo uma nova forma de organizar a vida, priorizando a produção de alimentos saudáveis, a agroecologia, o plantio de árvores, a defesa da vida, a solidariedade, a cooperação agrícola, a preservação e recuperação de nascentes e uma Educação que esteja de acordo com a



realidade e com os interesses/demandas dos povos que se organizam e lutam pela emancipação humana.

Nascedouro, desenvolvimento, acontecimentos e alguns marcos legais

A Educação do Campo (EC) emerge no Brasil, no final século XX, através das lutas materializadas pelos/nos movimentos populares - buscando continuar em outros patamares - a construção e implantação de um projeto de luta pela terra e de desenvolvimento para a agricultura que entre suas prioridades estivesse a afirmação da lógica, da cultura e identidade camponesas. Nasce, portanto, como contraposição (contrário e não simplesmente oposição) ao modelo de organização e produção hegemônico na agricultura orientado para atender os interesses do grande capital por intermédio da produção de mercadorias para a exportação e a obtenção de lucros.

No ano de 1997, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), partindo de experiências anteriores de educação e da sua própria em desenvolvimento nos assentamentos e acampamentos desde o início da década de 1980, realiza o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), em julho, na Capital Federal. Esse evento contou com parcerias importantes dentre elas: a Universidade de Brasília (UnB), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Ao final do encontro, os participantes lançaram um Manifesto com a posição e a disposição de continuar mobilizando, organizando e lutando por uma nova educação e uma nova sociedade. Dado ao êxito do I ENERA como um marco político importante, as entidades acima identificadas entendem que é necessário desencadear uma discussão mais ampla acerca da educação no meio rural. Era preciso buscar articular e potencializar experiências educativas e políticas que estavam sendo desenvolvidas no campo por outros sujeitos; muitas Universidades estavam desenvolvendo projetos de extensão no âmbito educacional e social em territórios camponeses. Ante essa constatação e condição, entendem que era pouco ficar isolados nos marcos até então em



desenvolvimento no campo brasileiro. Portanto, decidem organizar uma Conferência (1ª Conferência Nacional) da “Educação Básica do Campo” que é realizada no ano seguinte (1998) em Luziânia/Goiás demarcando tanto a forma quanto o conteúdo dessa educação, que agora se chamaria “do campo” e não mais “do meio rural”.

Ao se contrapor ao modelo do agronegócio e ao sistema do capital na agricultura, ela nasce de forma explícita e articulada com três questões fundantes (de origem): a) O protagonismo dessa educação está vinculado à existência, organização e luta dos movimentos populares do campo, esses sujeitos coletivos incidem sobre a educação, levando em consideração a cultura, as condições de produção material da vida, as necessidades, os sonhos e aspirações de uma nova sociedade; b) Ser parte de um novo Projeto de Educação e de Escola que cumpra o papel de mediação nos processos de transformação pessoal, educacional e social; c) A necessária vinculação dessa práxis educativa com a construção de um Projeto Popular para o Brasil no qual a agricultura assuma uma lógica de desenvolvimento social e humano e não apenas as intenções do capital e da sua exploração destrutiva.

Ainda em 1998 no bojo dessas articulações, pressão e lutas dos movimentos camponeses - em particular o MST em seu I Eneer - é instituído pelo governo federal o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), uma conquista importante que possibilita a que milhares de camponeses tenham acesso à educação escolarizada em todos os níveis, desde a alfabetização até cursos superiores realizados em parceria com Universidades. No entanto, o Pronera só se transforma em Política Pública no ano de 2010, por intermédio do Decreto nº 7.352 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e hoje está praticamente sem recursos devido à política econômica e posição política do atual governo.

Ressaltamos o protagonismo dos sujeitos do campo, organizados em seus movimentos populares e entidades de classe, de cunho político e educacional inserindo essa educação pretendida como uma das expressões da educação popular, pois foi construída pelos próprios sujeitos históricos de direito e, mais do que um mero movimento pedagógico, é uma atividade política. Trata-



se em última instância de afirmar uma posição educacional e política de classe que garanta uma escola e uma educação *no e do* campo para todos/as.

Do ponto de vista institucional, destacamos a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituída através da RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, pela vinculação às questões que dizem respeito à realidade. Considera-se nesta dinâmica os saberes próprios dos sujeitos, sua temporalidade, a memória coletiva que projeta o futuro, na defesa de projetos que articulam soluções para problemas históricos que afetam a qualidade da vida coletiva do povo brasileiro. Sendo assim, é impossível desvincular a Educação do Campo de um conjunto de lutas por transformações profundas nas condições de vida e da cultura dos camponeses.

Continuando com nosso *mapeamento*, destacamos a realização da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em julho de 2004, com uma participação bem mais ampliada de entidades, movimentos e organizações camponesas, incluindo também, representantes de órgãos governamentais e educacionais.

Em 2005 é criado pela Medida Provisória nº 411/07 o *ProJovem Campo – Saberes da Terra* como um programa de escolarização de jovens agricultores/as familiares em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrado à qualificação social e profissional. O Programa estava vinculado ao Ministério da Educação pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

No ano seguinte (2006) o Parecer CNE/CEB nº 1/2006 reconhece os Dias Letivos da Alternância, abrangendo distintas formas de acordo com as realidades, sujeitos e finalidades, reconhecendo uma demanda antiga das experiências de educação em alternância no Brasil.

Mapeando outros marcos legais importantes, destacamos a Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008, do Ministério da Educação, que “estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo”.

Importante nessa trajetória está a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec) no ano de 2010 como um espaço de articulação,



debates, proposição e defesa dos interesses dos diferentes movimentos populares do campo, com participação ativa desses sujeitos. Além dos movimentos camponeses participam desse espaço de articulação: Universidades e Institutos Federais de Educação, Sindicatos e outras Instituições que assumem e defendem uma educação diferenciada como a *do/no* campo.

Pelo percurso que estamos realizando, principalmente no que tange aos marcos legais (são sempre construções coletivas dos sujeitos do campo, e conquistas das articulações, mobilizações e pressão desses povos), e de acordo com o disposto no Decreto Nº 7.352/2010, o Ministério da Educação, por intermédio da Portaria Nº 86, de 2013, “Institui o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)” e no seu segundo eixo de atuação encontra-se a “Formação de Professores”. Lemos no Art. 6º, parágrafo primeiro: “A formação inicial dos professores em exercício na educação do campo e quilombola será desenvolvida no âmbito do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo [...], assegurando condições de acesso aos cursos de licenciatura destinados à atuação docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio com a possibilidade da utilização da pedagogia da alternância”.

Por último, destacamos ainda a realização no ano de 2015 do II ENERA - Encontro Nacional das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária, na cidade de Luziânia/GO com a participação de aproximadamente 1500 educadores/as como marco importante de continuidade e afirmação de uma educação inteiramente conectada com os dilemas e desafios do campo brasileiro. Apesar de ser um encontro diretamente vinculado aos processos da educação na Reforma Agrária, ele fortalece a construção da Educação do Campo em todo o País.

Constituição da Educação do Campo no Espírito Santo

Já evidenciamos a necessidade de refletir a Educação do Campo colada no contexto do seu surgimento, isto é, parte integrante das contradições da realidade objetiva e da presença efetiva dos sujeitos do campo organizados e



que na luta pela terra afirmam a educação como instrumento exclusivamente humano a serviço da luta pela emancipação.

Podemos situar como um marco inovador nessa dimensão, a estruturação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), que ainda nos anos de 1960 fundam as primeiras Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) para atender as especificidades dos jovens camponeses por intermédio da Pedagogia da Alternância. Inicialmente no Sul do Estado quando na década seguinte essa iniciativa é expandida para outras regiões do Estado e também do País se tornando, naquele momento e contexto, uma referência no que tange a uma nova educação no meio rural.

Com o ressurgimento da luta pela terra e a conquista dos primeiros assentamentos do MST no Espírito Santo no início da década de 1980, nova práxis educacional vai tomando corpo, agora vinculada a um Movimento Popular de Trabalhadores Sem Terra, no norte do Estado, mais concretamente nos municípios de Jaguaré, São Mateus, Pinheiros, Pedro Canário, Linhares e Montanha. Em cada acampamento e assentamento uma nova escola, sendo edificada a partir de duas questões: que escola queremos e como fazer essa escola que queremos na prática? Com a participação dos trabalhadores dos assentamentos, lideranças do MST, educadores e entidades de apoio (EFAs, Ufes, etc), essa práxis educacional vai se materializando nos territórios conquistados. Essa prática educacional pública, mas, sob orientação política e pedagógica de um Movimento Popular - articulada nacionalmente no MST - vai na década de 1990 se tornar essencial para o nascimento da Educação do Campo no Brasil e no Espírito Santo, a partir do I Enea realizado em 1997.

Importante destacar também que ainda no final da década de 1980 o MST apresenta à UFES uma demanda por formação (capacitação) de educadores e assentados que vai ser acolhida e transformada em um Projeto de Extensão no qual um Curso para formação de professores das escolas dos assentamentos é desenvolvido no Centro Integrado de Desenvolvimentos dos Assentados e Pequenos Agricultores do Espírito Santo (CIDAP), localizado no interior do Município de São Mateus em uma área de assentamento. Decorrentes dessa maneira de pensar a escola e a educação, já no ano de 1992, o Conselho



Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Resolução 56/92 e Parecer nº 132/92, aprova a criação das turmas de 5ª a 8ª séries nas escolas de Assentamentos e o funcionamento da Pedagogia da Alternância, como uma primeira conquista e reconhecimento institucional dessa práxis ainda inicial.

Ainda nos anos de 1990 destaca-se outra prática educativa importante que vai se constituindo nos espaços das Secretarias Municipais de Educação, principalmente no município de Jaguaré, com o funcionamento das Escolas Comunitárias Rurais (ECORs), que, localizadas em comunidades do interior, também implementam a Pedagogia da Alternância.

Evidencia-se também experiências e práticas pedagógicas diferenciadas em comunidades indígenas localizadas no município de Aracruz, bem como em comunidades Quilombolas com forte presença em municípios do norte do Estado, mas, especificamente em São Mateus e Conceição da Barra. Ambas (indígenas e quilombolas), articuladas com as lutas aguerridas em defesa dos seus territórios, de sua cultura, identidade e saberes tradicionais.

É na confluência dessas diferentes práticas pedagógicas, articuladas com Universidades, Órgãos Públicos, mediadas pelos sujeitos do campo, suas entidades e movimentos populares que vai se conformando aquilo que designamos Educação do Campo, com presença capixaba no I e II ENERA (1997 e 2015), nas Conferências Nacionais por uma Educação do Campo (1ª em 1998 e a 2ª em 2004), nos Fóruns (Fonec) e espaços nacionais de articulação, mobilização e construção teórico-prática.

Com a criação do Pronera em 1998, já no ano de 1999 tem início a primeira turma de Pedagogia da Terra no Ceunes em São Mateus, com a ressalva de que os estudantes do MST tiveram que literalmente ocupar os espaços do Ceunes para que o curso tivesse início. Fica evidente e digno de destaque o protagonismo do ES nesse processo de construção local e nacional uma vez que essa primeira turma de Pedagogia no ES, foi a segunda turma do MST em todo o Brasil, demonstrando o pioneirismo nesses espaços acadêmicos.



O Programa *ProJovem Campo-Saberes da Terra* é implementado no ES a partir do ano de 2007, com a formação de centenas de jovens de assentamentos e comunidades camponesas, quilombolas e de pescadores, numa parceria entre a Secretaria de Estado da Educação (SEDU), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e os movimentos populares do campo, principalmente o MST.

No leito dessas práticas que vão se articulando, se fortalecendo e expandindo historicamente, é fundamental destacar toda a preparação, encontros que antecedem e a realização do Seminário Estadual “Educação Escolar do Campo” realizado em Colatina em 2008, que cria o Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo – COMECES. O Comitê se torna uma referência com relevante atuação como espaço de articulação dos diferentes sujeitos do campo, entidades públicas de ensino, formulando, pressionando e construindo projetos de fortalecimento e defesa da Educação do Campo. A partir da estruturação do Comitê Estadual, vários municípios também fortalecem a EC por intermédio da criação dos Comitês Municipais da Educação do Campo.

É digno de reconhecimento o esforço de articulação e negociação do Comeces e dos Comitês Municipais na luta contra o fechamento de escolas e na elaboração das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo no ES em construção desde o ano de 2012, já formalizada junto à Sedu, mas, até hoje sem a sua aprovação.

Dentre essas conquistas demandadas pelos movimentos populares do campo, destacamos a criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Espírito Santo, regido pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 03/04/2002 e o Decreto nº 7.352 de 04/11/2010, em conformidade com o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Tal Curso está em funcionamento desde o ano de 2014, vinculado ao Centro de Educação na UFES de Goiabeiras e no Departamento de Educação e Ciências Humanas – DECH/CEUNES em São Mateus.



Um as palavras finais

Pelo aqui exposto nas linhas e entrelinhas, fica evidente que a EC brota e cresce enquanto contradição, resistência e luta dos sujeitos do campo que protagonizam uma educação libertadora que conscientiza e potencializa os processos de mudança em curso.

Compreender a trajetória de *re-existência* dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para a construção de uma proposta educativa que reconheça a identidade e a relação desses sujeitos com o trabalho, com a terra, com a cultura, com os sonhos, são imprescindíveis para entender a necessidade de transformações estruturais, que rompam e superem a condição da terra como propriedade, e a elevem como espaços de vida e de relações. É fundamental, entender esta dinâmica para, inclusive, ressignificar a luta contra hegemônica dos trabalhadores e trabalhadoras que não desvinculam o projeto educativo do projeto político da classe camponesa e trabalhadora em geral.

Essas questões apontam o que afirmamos no início do texto, que a Educação do Campo nasce e se justifica a partir de uma contradição de classe: há uma incompatibilidade de origem entre a Educação do Campo e a agricultura capitalista que é real e desafiadora a cada ano que passa.

Temos consciência de que os traços aqui desenhados não deram conta da grandeza dos inúmeros processos, acontecimentos e iniciativas que perpassam a constituição da EC no solo Capixaba e no Brasil. No entanto, tentamos a partir da própria memória e de leituras realizadas, fornecer um breve *mapeamento* desses espaços coletivos de construção, com o sentimento de que muito já foi feito, mas, muito ainda está por se fazer. Os desafios são enormes, mas, grande também é a capacidade dos que estão decididos e dispostos a enfrentá-los continuando abrindo as veredas por onde passam as novas práticas pedagógicas, políticas e humanas, articuladas nas entranhas dos movimentos populares. Esse caminhar requer, de fato, uma EC que seja no discurso e na prática: Libertadora!

Setembro de 2020.

